Edição nº 4.564

Diretor Responsável:
Wilmar Souza e Silva

(33) 9 8880-2410

CNPJ: 17.709.734/0001-47

DIÁRIO TRIBUNA

Teófilo Otoni,
sexta-feira, 23 de agosto de 2.024

PCMG divulga novas informações sobre a morte do ex-vereador Paulo Marreco

A Polícia Civil de Teófilo Otoni convocou a imprensa para uma coletiva na manhã de quinta-feira (22/8/24), para informar o que já foi investigado até o momento sobre o crime de homicídio que vitimou o ex-vereador Paulo César Costa Franco, popular "Paulo Marreco", 61 anos à época do crime. Página 3

Copasa instala medidores de vazão em municípios do Vale do Mucuri

Propriedades rurais de 4 municípios localizados no Vale do Mucuri foram contempladas, nesta semana, com mais uma iniciativa da Copasa voltada para a proteção e recuperação de cursos d'água na região. Por meio do Pró-Mananciais, as equipes da Cia instalaram estações fluviométricas e pluviômetros. Página 3

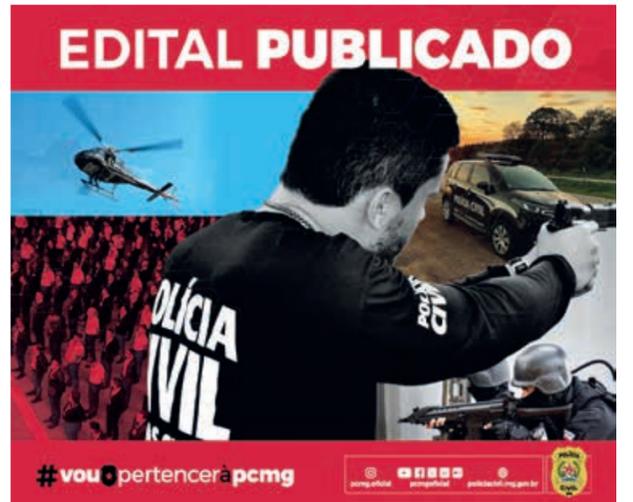
Foragidos da justiça são capturados em operação integrada das polícias Civil e Militar em Almenara

A Polícia Civil de Minas, através da delegacia de Almenara, recebeu informações nesta semana que, indivíduos investigados pela prática de um homicídio qualificado ocorrido em Nova Serrana/MG, que foram expedidos mandados de prisão, estavam homiziados em uma comunidade rural em Almenara. Página 6

Procurador-Geral de Justiça participa de solenidade de posse de novo ministro do TST

O procurador-geral de Justiça de Minas Gerais e presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG), Jarbas Soares Júnior, esteve presente na sessão solene de posse do novo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, dia 21/8. Página 2

PCMG abre concurso com 255 vagas para carreiras policiais

A Polícia Civil de Minas Gerais publicou, na manhã de terça-feira (20/8), quatro editais para os concursos públicos destinados ao provimento de cargos das carreiras policiais da instituição. Ao todo, serão disponibilizadas 255 vagas, sendo 54 para Delegado de Polícia, 165 para Investigador de Polícia, dez para Médico-Legista, e 26 para Perito Criminal. As inscrições podem ser realizadas de 21/10 a 19/11. Página 2

Cemig investe cerca de R$ 50 bilhões em dez anos em Minas Gerais

A Cemig anunciou, durante o 29º Encontro com Investidores, Cemig Day, em São Paulo, na terça-feira (20/8), o investimento de R$ 49,2 bilhões no período de dez anos, de 2019 a 2028. Esses recursos estão sendo aplicados majoritariamente em Minas. Página 4

Procurador-Geral de Justiça participa de solenidade de posse de novo ministro do TST

O procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG), Jarbas Soares Júnior, esteve presente na sessão solene de posse do novo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, realizada na quarta-feira, 21 de agosto, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.

Natural de Brasília de Minas, no norte de MG, o novo ministro ocupará a vaga destinada à advocacia deixada pelo ministro Emmanoel Pereira, aposentado em outubro de 2022. A renovação segue a regra constitucional de que um quinto dos 27 membros do TST devem ser advogados ou membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 10 anos de exercício na profissão. As demais vagas são destinadas a magistrados do trabalho.

O novo ministro do TST já atuou como presidente e diretor-tesoureiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Minas Gerais. Também foi professor da Escola Superior de Advocacia e integrou a delegação brasileira na Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Suíça, em 2014.

A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, como o presidente do Senado Federal, senador da República Rodrigo Pacheco, do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, do governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, de membros do Ministério Público, do Poder Executivo e Legislativo, advogados e outros. (Ministério Público de Minas Gerais/Assessoria de comunicação integrada).

MPMG publica edital do 61º concurso para promotor de Justiça

O concurso de provas e títulos, destina-se ao provimento de 70 cargos, sendo 7 vagas reservadas a candidatos com deficiência e 14, a candidatos negros. As inscrições podem ser feitas até 11 de setembro

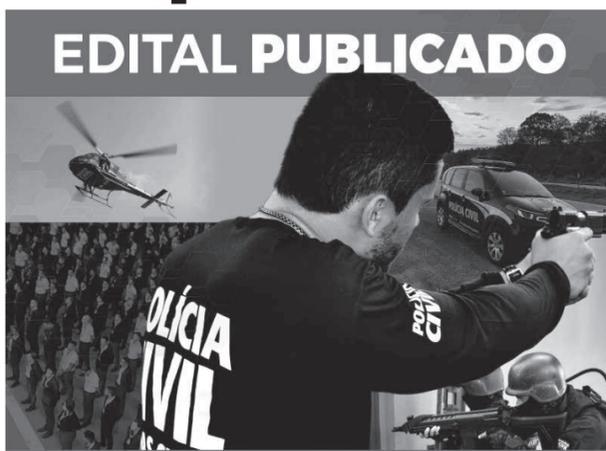
Foi publicado no Diário Oficial de sábado, 10 de agosto, o edital do 61º Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). O concurso, de provas e títulos, destina-se ao provimento de 70 cargos de promotor de Justiça substituto na instituição. Do total, sete vagas são reservadas a candidatos com deficiência e 14, a candidatos negros.

O concurso terá cinco etapas: Prova Preambular, de caráter eliminatório e classificatório; Provas Especializadas, de caráter eliminatório e classificatório; Exame psicotécnico e exames de higidez física e mental, de caráter subsidiário; Provas Orais, de caráter eliminatório e classificatório; e Avaliação de Títulos, de caráter classificatório. A primeira etapa está prevista para acontecer no dia 13 de outubro, em locais a serem divulgados. As provas escritas serão nos dias 14 e 15 de dezembro. Já as provas orais estão previstas para 2025.

Inscrições - As inscrições deverão ser efetivadas, exclusivamente, pelo portal da IBGP Concursos, no período de 12 de agosto a 11 de setembro, até às 17 horas, horário de Brasília. O edital e o regulamento do concurso estão disponíveis no portal do MPMG ou da IBGP Concursos.

PCMG abre concurso com 255 vagas para carreiras policiais

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) publicou, na manhã de terça-feira (20/8), quatro editais para os concursos públicos destinados ao provimento de cargos das carreiras policiais da instituição. Ao todo, serão disponibilizadas 255 vagas, sendo 54 para Delegado de Polícia, 165 para Investigador de Polícia, dez para Médico-Legista, e 26 para Perito Criminal. As inscrições podem ser realizadas dos dias 21 de outubro até 19 de novembro, pelo site https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcmg24. O valor da taxa de inscrição é de R$ 220,00 para delegado e médico-legista; R$ 105,00 para perito; e R$ 85,00 para investigador.

Vencimentos - Para o cargo de delegado de polícia o vencimento é de R$14.931,31; para médico-legista e perito criminal, R$ 11.547,07; e para a carreira de investigador de polícia, R$ 5.332,62. A carga horária é de 40 horas semanais. As provas objetivas estão previstas para serem realizadas no dia 26 de janeiro de 2025.

Com a publicação dos editais, a chefe da Polícia Civil, delegada-geral Letícia Gamboge, faz um convite a todos os aspirantes a ingressarem na instituição. "Esperamos que você, que estava ansioso por essa notícia, que faça a sua inscrição, que estude, que se prepare bastante e que venha fazer parte da Polícia Civil".

Confira os editais: Delegado de Polícia: clique neste link (https://acadepol.policiacivil.mg.gov.br/concurso/exibir/2193161?carreira=999156). Médico-Legista: clique neste link (https://acadepol.policiacivil.mg.gov.br/concurso/exibir/2193162?carreira=999152). Perito Criminal: clique neste link (https://acadepol.policiacivil.mg.gov.br/concurso/exibir/2193163?carreira=999153). Investigador de Polícia: clique neste link (https://acadepol.policiacivil.mg.gov.br/concurso/listarCarreiras/2193164). (Informações/Foto: assessoria de comunicação/ PCMG).

Duas empresas de comércio online são condenadas por fraude em plataforma

Comarca de Teófilo Otoni: Loja de peças e acessórios para motocicletas será ressarcida em R$ 140 mil

A 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) manteve decisão da Comarca de Teófilo Otoni que condenou duas empresas de comércio online a ressarcir, em R$ 140 mil, por fraude em plataformas digitais, uma loja de peças e acessórios para motocicletas.

Transações indevidas foram feitas em conta da loja de acessórios para motos (Imagem ilustrativa)

A empresa de acessórios alegou que uma das plataformas exigiu a abertura e manutenção de uma conta, que seria administrada pela outra. No entanto, ela identificou, um tempo depois, transações indevidas no valor de R$ 140 mil. Em resposta à movimentação suspeita, as duas lojas virtuais informaram que a conta havia sido bloqueada e, posteriormente, que não seria possível recuperar o dinheiro.

As plataformas digitais alegaram, em sua defesa, que a fraude inicial ocorreu por fator externo, uma vez que o acesso à conta se deu pela obtenção dos dados da loja de peças, sem que elas tivessem qualquer controle. E que não seria possível, em nenhuma hipótese, burlar o sistema e acessar a conta da vítima por uma falha da plataforma. As duas empresas foram condenadas em 1ª Instância. De acordo com a sentença, foi exigida da loja de acessórios a abertura de conta administrada em plataforma que faz a intermediação dos pagamentos.

As empresas recorreram da decisão. A relatora do processo, desembargadora Maria Luíza Santana Assunção, manteve o entendimento da 1ª Instância. Ela argumentou que as duas plataformas devem se responsabilizar de forma solidária, já que atuam em conjunto no mercado e confirmaram a ocorrência de fraude na conta do autor da ação. Os desembargadores Luiz Carlos Gomes da Mata e José de Carvalho Barbosa acompanharam o voto da relatora. (Diretoria Executiva de Comunicação – Dircom/ Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG).

PCMG divulga novas informações sobre a morte do ex-vereador Paulo Marreco

Paulo Marreco foi morto a tiros no dia 11 de dezembro de 2023. A Polícia Civil informa que, um dos envolvidos está preso e tem outro sendo investigado

A Polícia Civil de Teófilo Otoni convocou a imprensa para uma coletiva na manhã de quinta-feira (22/8/24), para informar o que já foi investigado até o momento sobre o crime de homicídio que vitimou o ex-vereador Paulo César Costa Franco, popular "Paulo Marreco", 61 anos à época do crime. Paulo Marreco foi morto a tiros na noite do dia 11 de dezembro de 2023, na rua Salinas, bairro Vila Pedrosa, em Teófilo Otoni.

O Delegado Regional, Dr. Amaury Albuquerque informou que, "um dos principais envolvidos no crime está preso, já é conhecido no meio policial, faccionado à FTO - Família Teófilo Otoni". Informou ainda que a arma de fogo usada no crime está apreendida. "Está totalmente esclarecido que foi essa arma utilizada, e o autor encontra-se preso. A morte do ex-vereador em dezembro do ano passado, agora a gente entende que está esclarecida. A motivação ainda é um conjunto de fatores. O envolvimento naquele vídeo foi amplamente divulgado, juntamente com o envolvimento em jogos. As coisas convergiram para aquele fim trágico ali, mas, a população tem que saber que um autor está preso e o outro logo será também identificado e preso".

Delegados de Polícia Civil, dr. Amaury e dra. Herika passaram novas informações sobre as investigações

Paulo Marreco foi morto a tiros no dia 11 de dezembro de 2023

Linhas de investigação – A Dra. Hérika Ribeiro Sena, delegada titular da Delegacia de Homicídios de Teófilo Otoni, informou que há duas linhas de investigação na morte do ex-vereador. Uma é a suspeita do caso de pedofilia (que foi amplamente divulgado nas redes sociais), e outra seria a vinculação dele com jogos de aposta. "Já existem elementos para o indiciamento do autor que está preso, o qual responderá pelo crime de homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima. A motivação será apreciada na extração do aparelho celular pelo Ministério Público", disse a Dra. Hérika. A Delegada informou ainda, que vai concluir esse inquérito, encaminhar ao Ministério Público, possivelmente o preso vai a júri popular. Ressalta que, "as investigações prosseguem em separado para confirmar as informações sobre o coautor do crime. Assim que for devidamente identificado, também terá seu indiciamento formalizado no inquérito policial respectivo com posterior encaminhamento à justiça".

O crime – Na ocasião dos fatos (11/12/23), informações de populares apontavam que, dois indivíduos a bordo de uma motocicleta chegaram e efetuaram vários disparos de arma de fogo contra Paulo Marreco, que estava chegando na porta da casa onde residia. A Dra. Hérika esteve no local do crime com sua equipe para os primeiros levantamentos sobre o caso, que pegou muitos amigos da vítima de surpresa. Era um local com pouca luminosidade, que poderia ter facilitado a ação dos autores. Mas, o caso ganhou grande repercussão na manhã do dia 12/12, com a divulgação de um vídeo nas redes sociais, onde mostrava, supostamente, Paulo Marreco com uma criança de aproximadamente 3 anos, nua, sendo abusada sexualmente.

Copasa instala medidores de vazão em municípios do Vale do Mucuri

Ação do Pró-Mananciais (Criado pela Copasa em 2017) visa medir os impactos do programa nas microbacias beneficiadas na região

Propriedades rurais de quatro municípios localizados no Vale do Mucuri foram contempladas, nesta semana, com mais uma iniciativa da Copasa voltada para a proteção e recuperação de cursos d'água na região. Por meio do Pró-Mananciais, as equipes da Companhia instalaram estações fluviométricas - réguas para medição dos níveis de vazão dos mananciais - e pluviômetros, instrumento utilizado para coletar e medir o volume das chuvas.

O objetivo é mensurar os resultados obtidos nos mananciais pelas ações promovidas no programa, como o cercamento de áreas de proteção ambiental (APP), plantio de mudas, a construção de barraginhas para acumulação de água da chuva e a adequação de estradas, além do treinamento e capacitação da população local e também de estudos ambientais.

Os equipamentos foram instalados nos municípios de Frei Inocêncio, Franciscópolis, Divino das Laranjeiras e Águas Formosas e fazem parte do contrato de Monitoramento Participativo de Vazão, coordenado pela Unidade de Serviço de Controle Ambiental da Copasa, nas microbacias do Programa Pró-Mananciais.

O assistente socioambiental da Copasa José Borges de Oliveira Júnior explicou que, a partir da instalação desses equipamentos, será possível registrar e avaliar, de maneira mais assertiva, os resultados obtidos pelas ações do Pró-Mananciais. "Esses dispositivos são essenciais. A partir de agora, passamos a realizar medições semanais fluviométricas, onde as leituras serão anotadas em um boletim e enviadas à Companhia. Já as medições nos pluviômetros serão de acordo com as chuvas que caírem nessas propriedades", informou.

Os equipamentos também vão servir para acompanhar, periodicamente, o comportamento hidrológico dos mananciais em períodos de cheia e de estiagem. E para contribuir com esse processo de monitoramento os proprietários rurais receberam informações que auxiliam, de maneira participativa e consciente, o acompanhamento das medições.

Os agentes socioambientais Carlos Alberto Morais, José Borges de Oliveira Junior e a produtora rural do Colmeia, Maria José Gomes Pereira

O produtor rural Edson Nascimento reside em uma fazenda no município de Divino das Laranjeiras, onde foi instalada uma das réguas. Ele falou sobre a satisfação em poder fazer parte do projeto. "Estamos aqui próximos ao córrego Laranjeiras. A equipe da Copasa me ensinou a fazer as medições e me deu uma caderneta para fazer as anotações. Vou olhar a régua umas três vezes ao dia em horários diferentes. Estou muito satisfeito em poder ajudar de alguma forma", declarou.

A régua fluviométrica fornece informações precisas sobre a vazão e o comportamento das águas, permitindo identificar imediatamente variações que podem indicar enchentes ou secas. De posse desses dados, as autoridades podem tomar decisões como, por exemplo, fazer ou não racionamentos ou campanhas do uso consciente em períodos de escassez. "Todos esses dados coletados serão enviados, imediatamente, para a equipe da Copasa. É importante garantir a precisão e a pontualidade nas leituras para um gerenciamento eficiente", explicou José Borges. Vale destacar que os locais de instalação dos equipamentos, os observadores das réguas e pluviômetros, assim como o monitoramento simplificado de vazão com o uso de um flutuador, foram definidos pelos Coletivos Locais de Meio Ambiente (Colmeias) em parceria com os proprietários rurais.

Sobre o Pró-Mananciais - Criado pela Copasa em 2017, o Pró-Mananciais atua na mobilização da comunidade e de instituições parceiras com a meta de construir coletivamente o sentimento de pertencimento da população à microbacia da região onde está inserido. A atuação socioambiental da Copasa é pautada na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e em seus respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além dos dez princípios do Pacto Global. O Pró-Mananciais integra, ainda, o ODS 15, que consiste em proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e deter e reverter a degradação da terra, evitando a perda de biodiversidade. (COPASA – Assessoria de Imprensa).

Governo de Minas Gerais cria diretoria para fortalecer combate à violência contra mulheres no estado

O objetivo é coordenar as ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres

O Governo de Minas continua intensificando suas ações no combate à violência contra as mulheres em todo o estado e instituiu, na quarta-feira (21/8), a criação da Diretoria Estadual de Gestão das Delegacias de Atendimento à Mulher. Essa nova divisão será responsável por coordenar a política de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A diretoria terá a função de supervisionar tecnicamente as ações de todas as delegacias especializadas em atendimento às mulheres em Minas Gerais. O objetivo é unificar o tratamento dos casos e aprimorar a coordenação das informações e estratégias entre as diferentes unidades policiais. A assinatura do despacho que determina a criação do órgão foi feita pelo vice-governador de Minas Gerais, Professor Mateus, durante o evento "Agosto Lilás: Quebre o Ciclo da Violência", realizado no Auditório JK, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. O evento é realizado pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese-MG), com apoio da Secretaria de Estado de Governo (Segov).

O vice-governador de Minas destacou que o momento é de sensibilização, revisão de resultados e planejamento das ações a serem executadas para combater a violência contra as mulheres no estado. "Esse esforço envolve várias áreas do nosso governo. Ao longo dos últimos três anos e meio, o governador tem enfatizado a necessidade de programas e estruturas dedicadas a esse combate, o que resultou em uma expansão considerável das delegacias de atendimento às mulheres em todo o estado e, agora, na criação de uma diretoria para coordenar essas delegacias", destacou o vice-governador.

Protocolo de atendimento - Além da resolução que cria a nova diretoria que tomará as ações da investigação e combate ao crime mais efetivas, a Polícia Civil também fará o lançamento de um protocolo de atendimento para padronizar a atuação em todas as 70 delegacias de atendimento às mulheres em Minas Gerais. A chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, a delegada-geral Letícia Gamboge, explicou como será o procedimento. "Esse protocolo inclui ações para o acolhimento adequado e encaminhamento para a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Celeridade na concessão das medidas protetivas de urgência. Agilidade na conclusão dos inquéritos policiais e, se necessário, a prisão do agressor com a maior celeridade possível", explicou.

Agosto Lilás: Quebre o Ciclo da Violência - O evento tem como objetivo debater melhores soluções, políticas públicas e os meios de proteção e de acolhimento das mulheres que são vítimas de violência doméstica e familiar. A ação integra a campanha Agosto Lilás, mês voltado à proteção da mulher e destinado à conscientização para o fim da violência doméstica e familiar.

"É uma maneira de conscientizar as mulheres para denunciarem quaisquer situações de violência doméstica e familiar. Estamos aqui reunindo mais de 450 servidores da PCMG, da Sedese-MG, da Segov e também parceiros de outras entidades que compõem a rede estadual de enfrentamento à violência contra a mulher, para que juntos construamos as melhores alternativas e soluções", destacou Letícia Gamboge.

Dentre as atividades programadas estão as seguintes apresentações: >"Governo de Minas e as Políticas de Proteção à Mulher" (Segov); >"Boas Práticas no Âmbito das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams)" (PCMG); >"Articulação Intersetorial da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica" (Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública de Minas Gerais); >"Operacionalização de Serviços Especializados" (protocolos em casos de violência sexual e de atendimento a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência - PCMG); >"Ações da Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres" (Sedese-MG).

Cemig investe cerca de R$ 50 bilhões em dez anos em Minas Gerais

Valor está sendo destinado ao estado, entre 2019 e 2028, e representa o maior ciclo de investimentos realizado na história da companhia

A Cemig anunciou, durante o 29º Encontro com Investidores – Cemig Day, realizado em São Paulo, na terça-feira (20/8), o investimento de R$ 49,2 bilhões no período de dez anos, de 2019 a 2028. Esses recursos estão sendo aplicados majoritariamente em Minas Gerais, sendo que, do total de investimentos previstos, R$ 33,2 bilhões serão investidos na concessão de distribuição, que atende 774 municípios mineiros. Até o ano passado, já foram investidos R$ 13,6 bilhões e, somente no primeiro semestre de 2024, foram destinados mais de R$ 2,4 bilhões na melhoria das instalações no Estado.

O evento na capital paulista reuniu toda a direção da empresa e representantes de instituições financeiras, grandes investidores e seus representantes interessados em acompanhar informações relevantes sobre a atuação da companhia e seus planos para o futuro. "A Cemig ficou muito tempo investindo em empreendimentos em outros estados e abandonou os investimentos na concessão de distribuição em Minas Gerais, que estavam abaixo da depreciação dos ativos. Dentro da nova estratégia, estamos concentrando todos os nossos investimentos no que conhecemos e em Minas Gerais, com mais eficiência. Dessa forma, estamos nos enquadrando nos parâmetros regulatórios de eficiência operacional, com retorno integral da rentabilidade da concessão", destacou o presidente da companhia, Reynaldo Passanezi Filho.

O presidente do Conselho de Administração, Márcio Utsch, ressaltou que, "graças ao planejamento estratégico voltado para aumentar a eficiência e concentrar os investimentos naquilo que a empresa é eficiente e gera resultados, a Cemig apresentou um crescimento no valor de mercado, passando de R$ 10 bilhões, em agosto de 2018, para R$ 36 bilhões no fechamento do mercado no último dia 16 de agosto, com valorização das ações e pagamento significativo de dividendos".

Distribuição - No período de 2019 a 2026, a Cemig planeja construir mais de 200 subestações, ou seja, metade do número de instalações implantadas em mais de 65 anos de história da empresa, com a disponibilização de 16.000 MVA (megavolt-amperes) de carga para os clientes, um aumento de 60% em relação a 2018. Neste mês de agosto foi entregue a estação de número 110 dentro do projeto.

Neste mesmo ciclo de investimentos em distribuição, também serão instalados 1,78 milhão de medidores inteligentes, que permitem a leitura e a ligação remota das instalações dos clientes e realizadas a inspeção e a manutenção preventiva em toda a rede da empresa. "Para realizar essas obras nesse prazo, tivemos de investir e desenvolver novas tecnologias, como, por exemplo, subestações compactas, que vão permitir redução das distâncias da alimentação com melhor qualidade e maior disponibilização de carga para os clientes", destacou o vice-presidente de Distribuição, Marney Tadeu Antunes. Com isso, a Cemig já vem apresentando uma redução da duração média de interrupções dos clientes, abaixo das exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). (Crédito da foto: Netun Lima/Cemig divulgação).

Cadastro de autores de crimes contra agentes de segurança já pode ser votado em definitivo

Duas proposições foram analisadas pela Comissão de Segurança Pública

Já pode ser votado de forma definitiva (2º turno) pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) o Projeto de Lei (PL) 1.076/19, do deputado Bruno Engler (PL), que determina a criação de um banco de dados com informações sobre pessoas indiciadas, acusadas ou condenadas pela prática de crimes contra policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, agentes de segurança penitenciários, agentes de segurança socioeducativos, policiais rodoviários federais, policiais federais, guardas civis municipais e membros do Poder Judiciário e do Ministério Público estaduais. Em reunião realizada na quarta-feira (21/8/24), a Comissão de Segurança Pública da ALMG aprovou parecer favorável ao projeto na forma de um novo texto, o substitutivo nº 1 ao texto que foi aprovado preliminarmente pelo Plenário no 1º turno (vencido).

O relator do projeto na comissão foi o deputado Caporezzo (PL). A única modificação em relação ao texto que foi aprovado no 1º turno foi a inclusão do parágrafo 3º ao artigo 1º, determinando que constarão do banco de dados de que trata a lei apenas as informações relativas a crimes cometidos contra os servidores e membros dos referidos Poderes no exercício da função pública ou em razão dela.

Deverão ser incluídos no cadastro os autores dos seguintes crimes contra os servidores e membros dos citados órgãos e Poderes públicos: crimes contra a vida, lesões corporais, ameaça e roubo. Entre os dados que devem constar no banco de dados estão foto, nome, data de nascimento, filiação, apelidos, números de documentos, endereço residencial e sinais característicos, como tatuagens ou cicatrizes, entre outros. A lei terá como nome "Lei Sargento Roger Dias", nome completo do policial morto em janeiro de 2024 por um detento que não retornou após a chamada "saidinha" concedida nas festas de fim de ano. O fato foi lembrado no relatório do deputado Caporezzo.

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Sargento Rodrigues (PL), avaliou que o compartilhamento das informações com o Judiciário e o Ministério Público pode evitar que, futuramente, juízes autorizem, de forma equivocada, a saída provisória de presos perigosos.

O projeto detalha que as informações contidas no banco de dados serão atualizadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e compartilhadas com a Polícia Civil de Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas Gerais, as varas de execução penal, responsáveis pela execução da pena privativa de liberdade aplicada aos condenados pelos crimes citados e os órgãos do Ministério Público do Estado que atuem junto a essas varas.

Avança projeto que veda benefícios por apreensão de arma de fogo - Na mesma reunião da Comissão de Segurança Pública, também recebeu parecer favorável o PL 1.059/23, do deputado Caporezzo, que proíbe que critérios de produtividade, planos de metas, prêmios de incentivo e concessão de benefícios aos servidores públicos civis e militares do Estado considerem pontos relacionados à apreensão de arma de fogo legalizada. O relator, deputado Sargento Rodrigues, recomendou a aprovação do projeto pelo Plenário, de forma preliminar (1º turno), na forma do texto sugerido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o substitutivo nº 1.

O texto aprimora o original sem alterar essencialmente seu conteúdo. Veda a contagem de pontos em razão da apreensão de arma de fogo de origem legal, ainda que irregular e utilizada para a prática de crime, para fins de avaliação profissional ou para a concessão de quaisquer benefícios para os servidores públicos civis e militares do Estado. O substitutivo nº 1 suprime ainda dispositivo do texto original o qual configura o descumprimento da norma como transgressão administrativa grave, sem excluir responsabilização criminal.

Na justificativa do projeto, o deputado Caporezzo destaca que a proposição busca parâmetros objetivos de avaliação dos servidores públicos, civis e militares, bem como a preservação do direito à legítima defesa do cidadão e o direito de possuir arma de fogo de forma legal. Segundo o parlamentar, em algumas unidades operacionais da Polícia Militar, foram editados memorandos que criaram pontuações altas relativas à apreensão de armas de fogo, independentemente se estão registradas legalmente ou não. Durante a reunião na Comissão de Segurança Pública, o deputado Caporezzo disse que a aprovação do projeto irá acabar com procedimentos que se transformaram em um instrumento de perseguição aos colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs). (Assessoria de Imprensa da ALMG/ Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação/ Foto: Elizabete Guimarães).

TCEMG faz recomendações à SEDESE após conclusão de auditoria do Força Família

O Tribunal de Contas julgou procedente, na sessão da Primeira Câmara de, 20/8/2024, os achados da Auditoria (processo nº 1.114.722) que mitigou os riscos de pagamentos indevidos do auxílio financeiro Força Família, numa economia de aproximadamente R$ 18 milhões para os cofres públicos e fez recomendações à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. O presidente da Primeira Câmara, conselheiro Durval Ângelo, destacou o "trabalho inovador realizado pelo TCEMG" por meio de cruzamento de dados, em ação conjunta com outros órgãos de controle.

O levantamento do TCEMG fez o cruzamento de dados do CadÚnico, cadastro do governo federal para inserção em programas sociais, e dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas, como o CAPMG (Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais), além do SISOBI, sistema informatizado de registros de óbitos, e da GFIP, guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social. Na ocasião, a Unidade Técnica apontou que o CADúnico possuía mais de 6 mil números de CPFs de falecidos entre os aptos a receber o benefício estadual; e quase 23 mil famílias cadastradas com renda per capita superior ao limite do benefício do Estado.

O relatório da Auditoria ainda atribuiu a incumbência à gestão municipal de verificar denúncias de irregularidade no pagamento; e atribuiu competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE) para prestar apoio quanto à capacitação da Administração Municipal para gerenciamento do CadÚnico. O relatório também observou que o contrato firmado com a Caixa Econômica Federal para transferência dos recursos, por ter sido de adesão, não permitia alteração de Cláusulas para que contemplasse devolução e valores não movimentados; e que, apesar de ainda não se encontrar, no Portal da Transparência, a lista de beneficiários do Força Família, a lista já foi solicitada à Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais – CGE.

O relatório da auditoria ainda possui recomendações para o Secretário da SEDESE a fim de evitar novos vícios na execução de políticas públicas:

>Na futura execução de programas e políticas públicas, notadamente as que utilizam o CadÚnico como base de dados, adote medidas destinadas a reduzir eventuais fragilidades presentes nos cadastros, com a realização antecipada de, por exemplo, cruzamentos de dados, além da atuação conjunta com órgãos municipais, de modo a avaliar o adequado preenchimento dos critérios de elegibilidade, o que contribui para a redução dos riscos de pagamentos indevidos;

>A manutenção do canal de denúncias pela SEDESE, e o apoio pela Secretaria com a oferta de atividades de capacitação e orientações técnicas para auxiliar o trabalho dos profissionais e às gestões municipais, de modo que essas medidas possam reduzir eventuais fragilidades presentes nos cadastros do CadÚnico;

>Nos próximos contratos celebrados pelo Estado junto às instituições bancárias com fim de repasse de ajuda financeira aos cidadãos, se avalie a possibilidade de adoção de medidas para identificar as contas em que não ocorreram a movimentação de recursos, promovendo-se a devolução dos valores ao erário estadual;

>Seja disponibilizada a listagem dos beneficiários no Portal da Transparência do Estado de Minas, de modo a viabilizar o acesso à informação, conforme determina a Lei nº 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação – LAI, dentro dos limites que a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD estabeleça como aceitáveis à disponibilização e publicização de dados.

O Força-Família foi um benefício criado pela Lei Estadual nº 23.801, de 21 de maio de 2021, para ajudar famílias de Minas Gerais em vulnerabilidade social. Tratava-se de um auxílio no valor de R$ 600,00, pago em parcela única a famílias com renda mensal de até R$ 89,00 por pessoa, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). (Alda Clara/ Diretoria de Comunicação Social).

Foragidos da justiça são capturados em operação integrada das polícias Civil e Militar em Almenara

A Polícia Civil de Minas Gerais, através da delegacia de Almenara, recebeu informações nesta semana que, indivíduos investigados pela prática de um homicídio qualificado ocorrido na cidade de Nova Serrana/MG, que foram expedidos mandados de prisão, estavam homiziados em uma comunidade rural em Almenara/MG, sendo então designada equipe para fazer os levantamentos necessários para apuração da informação.

Após confirmada a informação, foi realizada uma operação conjunta da Polícia Civil e Polícia Militar para cumprimento dos mandados de prisão e, nesta quarta-feira (21/8), as equipes empenhadas conseguiram prender o casal R.T.M.S. e M.L.S., que foi encaminhado para a delegacia de Polícia Civil para os procedimentos de cumprimento dos mandados judiciais, e posteriormente para o presídio local, onde permaneceram à disposição da Justiça. (Informações/ Foto: PCMG/ Almenara).

Homem condenado por tentativa de homicídio é preso em Araçuaí

Um homem de 43 anos, foragido da justiça desde 2019, foi preso em ação da Polícia Civil de Minas Gerais, na semana passada, na zona rural de Araçuaí, região do Jequitinhonha. Com sentença condenatória transitada em julgado, o homem havia sido condenado a 10 anos de reclusão, no regime fechado, pela tentativa de homicídio cometida contra uma mulher que o denunciou por agredir a esposa.

O crime ocorreu na cidade de Virgem da Lapa, ocasião em que a vítima foi alvo de disparos de arma de fogo. Após formalizado o cumprimento do mandado de prisão, o homem foi encaminhado ao sistema prisional, onde permanece à disposição da justiça. (Informações/Foto: dr. Thiago de Carvalho, Delegado Regional de Pedra Azul).

Polícia Civil conclui investigação de tráfico de drogas e mulher é presa em Pedra Azul

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), por meio da Delegacia Regional de Pedra Azul, concluiu investigação de tráfico de drogas ocorrido em Pedra Azul, na região do Jequitinhonha. O Delegado Regional de Pedra Azul, Dr. Thiago Carvalho destaca que, o inquérito policial foi instaurado a partir de relevante ação realizada pela Polícia Militar no mês de maio deste ano, que culminou na prisão de dois autores e na apreensão de significativa quantidade de drogas.

Segundo o delegado, com o trabalho investigativo, foi possível apurar a participação de uma mulher, de 33 anos, razão pela qual a Polícia Civil representou pela decretação da sua prisão preventiva, que foi deferida pelo Poder Judiciário, após manifestação favorável do Ministério Público, sendo a prisão cumprida, e a mulher foi encaminhada ao sistema prisional. (Informações/Imagem: Dr. Thiago Carvalho).

PCMG deflagra operação de combate ao tráfico de drogas em Medina

A Polícia Civil de Minas Gerais realizou, na semana passada, uma operação de combate ao tráfico de drogas em Medina, região do Jequitinhonha. Um homem foi preso em flagrante, e drogas apreendidas. A ação ocorreu após investigação da equipe da Delegacia de Medina indicar que o suspeito utilizava endereços de pessoas aleatórias para o recebimento de encomendas ilícitas.

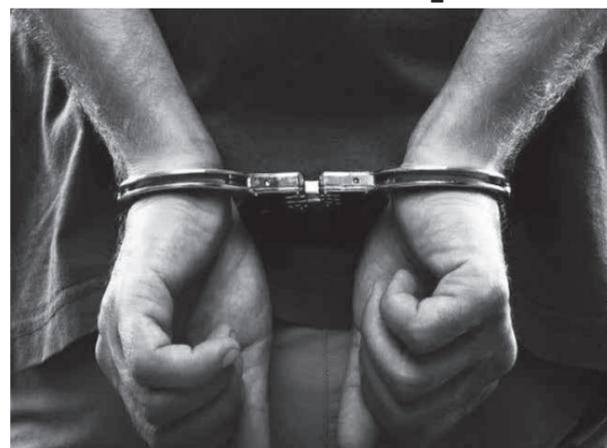
Operação - Durante a operação, os policiais civis interceptaram um pacote, contendo aproximadamente 100 gramas de maconha pura, substância conhecida como skunk por sua alta concentração de THC (principal componente da planta da maconha, sendo responsável por seus efeitos alucinógenos). Também foram apreendidos um papelote de cocaína e droga sintética ainda não identificada.

O Delegado Regional de Pedra Azul, dr. Thiago disse que, "no momento da abordagem, o investigado reagiu de forma agressiva e quebrou seu celular. Ele foi preso em flagrante e conduzido à delegacia para os procedimentos legais. As substâncias retidas foram encaminhadas para perícia. As investigações continuam visando à identificação de outros possíveis envolvidos no esquema de tráfico de drogas". (Informações/ Foto: dr. Thiago Carvalho).

Foragido da justiça do Tocantins por homicídio é preso pela PM em Jampruca

Durante operação na cidade de Jampruca, os policiais militares abordaram um transeunte de 58 anos, tendo o homem alegado que havia perdido os documentos pessoais. A equipe suspeitou dele, fez consultas mais detalhadas no sistema informatizado e constatou que havia um mandado de prisão em aberto contra ele, pelo crime de homicídio ocorrido no estado do Tocantins, a milhares de quilômetros de Minas Gerais.

"Trata-se de mais uma prisão importante, possibilitando ao judiciário exercer o seu papel, bem como levar um alento aos familiares e amigos da possível vítima do homicídio. A prisão demonstra ainda a importância das ações e operações policiais, com abordagens diárias em todas as cidades da região, tanto na área urbana quanto na zona rural, aumentando a sensação de segurança da população", disse o tenente Reinaldo.

O tenente ressalta que, outro aspecto que merece destaque diz respeito à origem do processo no estado do Tocantins. Que tem sido comum pessoas foragidas da justiça de vários estados do país serem presas na área da 15ª Região de Polícia Militar. "Essas prisões mostram a efetividade, o compromisso e empenho dos militares na produção da segurança pública, abordando veículos e pessoas em fundada suspeita", destaca o militar.

Ele afirma que as operações continuarão e a sociedade pode contribuir denunciando os suspeitos através dos telefones 181 (Disque Denúncia) e 190 (Emergência) ou diretamente a um policial da sua confiança. As informações e a identidade serão mantidas em absoluto sigilo. "Somando forças teremos cidades cada vez mais seguras". O foragido foi conduzido à delegacia de Polícia Civil para a formalização do cumprimento do mandado judicial, posteriormente encaminhado ao sistema prisional. Equipe RP Jampruca: cabos Nilson e Feitosa. (Informações: tenente Reinaldo, comandante da PM em Itambacuri. WhatsApp: 3511-1190).

TRE-MG: Disque-Eleitor e Ouvidoria ampliam horário de funcionamento

Serviços de atendimento ao eleitor passam a funcionar também nos fins de semana e feriados

Com as eleições municipais se aproximando, o Disque-Eleitor e a Ouvidoria do TRE-MG, que são serviços essenciais para a população, ampliaram o seu horário de funcionamento. Agora, atendem também aos sábados, domingos e feriados. O funcionamento ampliado será mantido até 27 de outubro, data do segundo turno das Eleições 2024.

Durante o período eleitoral, esses serviços atenderão nos seguintes horários aos sábados, domingos e feriados: Disque-Eleitor – das 8h às 18h. Ouvidoria – das 12h às 19h. Nos dias úteis, continuam atendendo em seus horários normais: Disque-Eleitor – das 7h às 19h. Ouvidoria – das 12h às 19h.

A Ouvidoria do Tribunal disponibiliza ao cidadão mineiro canais para manifestações, como reclamações, elogios e denúncias, inclusive de crimes eleitorais, de violência política de gênero e de propaganda eleitoral irregular. A Ouvidoria pode ser acionada por telefone, WhatsApp, formulário de atendimento e presencialmente. Confira todos os canais de atendimento na página da Ouvidoria no site do TER (https://www.tre-mg.jus.br/institucional/Ouvidoria/copy_of_Ouvidoria).

Já o Disque-Eleitor é um canal de esclarecimento à população. O serviço tira dúvidas sobre demandas de cunho eleitoral, desde informações sobre situação eleitoral, identificação de local de votação, título eleitoral, quitação de multas, apoio na inscrição dos mesários e coordenadores de acessibilidade. Os telefones do Disque-Eleitor são 148 e (31) 2116-3600. (Informações/Imagem: TRE-MG).

Expediente

Um jornal Diário a serviço do Nordeste de Minas - Fundado em 05 de agosto de 1969

Filiado ao SINDIJORI – Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais – sindijori@fiemg.com.br – Av. do Contorno, 4.456, Funcionários, Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP: 30.110-028

Diretor Responsável: Wilmar Souza e Silva

Redação e Composição:
Rua Victor Renault, 737 - Fundos - Laerte Laender
39.803-151 • Teófilo Otoni • MG
Tribuna do Mucuri Ltda - (Diário Tribuna)
CNPJ: 17.709.734/0001-47 • **(33) 98880-2410 Zap**

Representante em Belo Horizonte:
André Francisco Oliveira Silva (98851-0805)

Jurídico:
Dr. Marcos Ganem
Advogados Associados
m.ganem@uol.com.br

Contábil:
Vitaly Almeida & Contadores Associados Ltda
vitalyalmeida@gmail.com

Colaboradores:
Dra. Juliana Lemes da Cruz; Dr. Jeferson Botelho Pereira; Paulo Sérgio Almeida Santos; José de Paiva Neto; Márcio Barbosa dos Reis; Humberto Barbosa; José Carlos Freire.

Impressão:
Artes Gráficas Modelo
Rua Marcelo Guedes, 170 - (33) 3522-3070
Cidade Alta - Teófilo Otoni

Publicidades

Transporte Legal

É mais seguro e constante, além de render recursos para o município. Gera mais benefícios sociais para você.

(33) 4042-2772